



81 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	15.615.636,69	0,00	0,00	0,00	0,00	15.615.636,69	13.226.508,66	
88 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TES. NAC.	111.061,87	0,00	0,00	44.351,64	0,00	66.710,23	66.710,23	
90 - RECURSOS DIVERSOS	14.719.117,21	0,00	0,00	0,00	14.719.117,21	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	169.750.243,00	162.026,77	378.284,15	107.224.467,77	14.767.917,21	47.217.547,10	43.779.011,71	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	170.211.544,78	162.026,77	378.284,15	107.238.549,49	14.767.917,21	47.664.767,16	44.005.189,31	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹						0,00		

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

a) No valor da Disponib. de Caixa Bruta, encontra-se incluído o valor de R\$ 86.209.940,49, em razão da existência de valores líquidos de recursos a receber para restos a pagar.

b) Em relação a fonte 00 - RECURSOS ORDINÁRIOS, em 26/01/2017, foram canceladas, na UG 090031, as Notas de Empenho 2016NE000087 A 2016NE000091, referente aos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar do exercício de 2016, totalizando o valor de R\$ 53.615,09, a fim de compatibilizar com a disponibilidade de caixa líquida.

Des. ROGÉRIO DE MENDES FIALHO MOREIRA  
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO  
Diretor da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

RODOLFO GUIMARÃES NEVES  
Diretor da Subsecretaria de Controle Interno em Exercício

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**  
CORREGEDORIA  
DIRETORIA-GERAL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 26, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 103, § 6º, da Lei n.º 13.408, de 26.12.2016, publicada no Diário Oficial da União em 27.12.2016;

CONSIDERANDO a promulgação da Lei n. 13.414 - Lei Orçamentária Anual - LOA, de 10.01.2017, publicada no Diário Oficial da União em 11.01.2017, resolve:

TORNAR PÚBLICO o quadro demonstrativo dos cargos efetivos, comissionados e funções de confiança vagos, no âmbito deste Tribunal, conforme anexo, com base na situação vigente em 31 de dezembro de 2016.

Des. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA  
Presidente do Tribunal

ANEXO

Cargos Efetivos	Vagos
Analista Judiciário - Área Judiciária	-
Analista Judiciário - Área Administrativa	-
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado	-
Técnico Judiciário - Área Administrativa	-
Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado	-
<b>Total</b>	<b>0</b>

Funções Comissionadas	Vagos
FC-6	-
FC-5	-
FC-4	-
FC-3	-
FC-2	-
FC-1	03
<b>Total</b>	<b>03</b>

Cargos Comissionados	Vagos
CJ-4	-
CJ-3	-
CJ-2	-
CJ-1	-
<b>Total</b>	<b>0</b>

<b>Total de Cargos Vagos em 31.12.2016</b>	<b>03</b>
--------------------------------------------	-----------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

PORTARIA Nº 2, DE 30 DE JANEIRO DE 2017

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba relativo ao terceiro quadrimestre de 2016.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0000284-48.2017.6.15.8000, resolve:

Art. 1º Republicar o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba relativo ao terceiro quadrimestre de 2016, Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, para inclusão de informação na nota explicativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		Restos A Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.954.745,71	8.141,63	2,73	181.824,74	91,73	1.764.684,88	1.764.990,46	
0100 - Recursos Ordinários	1.298.171,05	8.141,63	2,73	17.457,11	0,00	1.272.569,58	1.275.993,48	
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	454.905,18	0,00	0,00	0,00	0,00	454.905,18	454.905,18	
0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	14.685,00	0,00	0,00	15.960,00	0,00	-1.005,00	0,00	
0190 - Recursos Diversos	91,73	0,00	0,00	0,00	91,73	0,00	0,00	
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	38.215,12	0,00	0,00	0,00	0,00	38.215,12	34.091,80	
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	148.677,63	0,00	0,00	148.677,63	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	1.954.745,71	8.141,63	2,73	181.824,74	91,73	1.764.684,88	1.764.990,46	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017013100143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.